

TRABALHO NÃO REMUNERADO NO BRASIL: O PAPEL DO DIREITO NA REGULAMENTAÇÃO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA

**VICTOR LOPES GARCIA¹; ANITA GUNSKI²; GIOVANA MELO MACIEL³;
JÉSSYCA SUSIBEL DAROS⁴; NICOLY NOVACK CARVALHO⁵; MARILIS LEMOS
DE ALMEIDA⁶**

¹ Universidade Federal de Pelotas – victor.garcia@ufpel.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas – gunskianita2007@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – gimelomaciel@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – estudosusi@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas – nicolyycarvalho08@gmail.com

⁶ Universidade Federal de Pelotas – marilis_almeida@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo realizar uma análise estrutural do exercício do trabalho doméstico não remunerado, prestado pela família no Brasil, com recortes socioeconômicos, de gênero e de raça, bem como comparar e buscar alternativas para a regulamentação dessas atividades, tendo como ponto de referência os movimentos político-sociais que vêm ocorrendo em outros países na última década. Assim, serão ponderados dilemas, constatações jurídicas, morais e estruturais que surgiram durante os processos, considerando as subjetividades da sociedade brasileira na análise de caminhos para as formalizações em questão.

Nesse sentido, a partir da teoria de FEDERICI (2021), serão analisados os papéis do sistema econômico vigente e do patriarcado na exploração do trabalho feminino no âmbito familiar, perpassando violências físicas, emocionais e sexuais, e de que forma a situação em que essas pessoas se encontram pode ser enquadrada como uma violação estatal-jurídica. Nesse sentido, compreenderemos também os mecanismos de exclusão simbólica e invisibilidade social proporcionados por esse fenômeno cultural.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), mulheres dedicam aproximadamente 9,6 horas semanais a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de outras pessoas. No entanto, há uma grande dificuldade histórica nas sociedades ocidentais em reconhecer as atividades realizadas no lar, de forma não remunerada, como trabalho. Nessa linha, comumente o ato de trabalhar é relacionado às atividades racionalizadas no modo de produção capitalista que geram diretamente salário e riquezas, ignorando a importância das funções em questão para o sustento desse sistema. (FEDERICI, 2021).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta estudos de natureza qualitativa e quantitativa, buscando combinar a lógica dedutiva à análise comparativa por meio da compreensão dos fenômenos jurídicos envolvendo o trabalho doméstico não remunerado e de cuidado no Brasil, na Argentina e em Portugal. Serão utilizados na investigação quantitativa dados nacionais para adequar a pesquisa ao contexto em que se encontra nosso país. Já no âmbito qualitativo, serão utilizadas revisões bibliográficas, textos doutrinários e acervos de jornais e revistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TRABALHO NÃO REMUNERADO, O SISTEMA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Referindo-se ao trabalho, por uma noção pré-estabelecida pelo sistema em que estamos inseridos, o capitalismo, tendemos a defini-lo como uma atividade remunerada por meio de um salário, também ligada à uma lógica de racionalização das atividades e processos realizados. Nessa linha, essa visão exclui as diversas formas de trabalho não remunerado presentes em nossa sociedade, tais como o trabalho na cozinha, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado. Outrossim, essas atividades são exercidas majoritariamente por mulheres, essas, em sua maioria, periféricas e negras, recortes esses potencializados pela herança escravista presente em países colonizados como o Brasil. (FEDERICI, 2021).

Contextualizando historicamente, o trabalho doméstico não remunerado na sociedade capitalista ocidental tem início na segunda metade do século XIX, época em que o modelo de atividades laborais excessivas por parte de todos os membros do núcleo familiar (mulheres, homens e crianças) não conseguiu se sustentar e novas formas de organização do capital desencadearam no “salário familiar”. Nesse contexto, se trata de um salário calculado para o sustento de todo núcleo trabalhador-esposa-filhos do casal da família ocidental-capitalista, a qual servirá de base disciplinar e alienadora para o prosseguimento da exploração do trabalho, aprofundando, também, as desigualdades de gênero. (FEDERICI, 2021).

A servidão da força de trabalho feminina à mão de obra assalariada do capitalismo perpassa o âmbito físico, emocional e sexual, possibilitando a essa o trabalho dia após dia. Além disso, o serviço não remunerado das mulheres também cuida e prepara as novas gerações de mão de obra para a futura produção e sustentação do modelo econômico em questão. Ademais, o trabalho de cuidado citado anteriormente faz paralelos que vão além do cuidado infantil advindo do serviço reprodutor, as mulheres também são grandes participantes no serviço de cuidado à pessoas idosas (familiares ou não), pessoas doentes e que, no geral, precisam de cuidados. (FEDERICI, 2021).

3.2 O MOVIMENTO DAS CUIDADORAS E A EXPLORAÇÃO AO REDOR DO MUNDO.

No que tange à regulamentação normativa dos serviços de cuidado, que envolvem também o importante trabalho reprodutivo feminino, houve diversos avanços e discussões que trouxeram esse assunto à tona e evidenciaram a necessidade de tomadas de atitude. O Brasil, apesar de ter trazido o debate sobre o tema e ter dado respaldo jurídico para o mesmo nos últimos anos, esteve atrasado em relação ao resto do mundo nessa formalização.

Em Portugal, os movimentos organizados de cuidadores e cuidadoras informais se iniciaram em 2016. Porém, foi somente em julho de 2019 que se criou o Estatuto do Cuidador Informal (ECI), em um contexto complexo, sem consenso em relação ao reconhecimento dos trabalhadores informais e sem unanimidade acerca da ideia de responsabilidade, trabalho e justiça social. Sendo assim, a lei que originou o ECI é incerta a respeito do seu objeto de reconhecimento e a quem se referem os dispositivos de apoio. O Estatuto, resultante da Lei n.º 100/2019, surge como uma mistura entre as diversas propostas dos partidos políticos e do governo (PORTUGAL, 2019). Ele reconhece os cuidados informais na esfera familiar, uma vez que o Estatuto se restringe às relações de parentesco, excluindo entes da comunidade. E ao Estado, cabe a responsabilidade de dar apoio financeiro aos cuidadores, com caráter condicional (apenas para aqueles em situação de pobreza). (ARAÚJO; SOEIRO, 2021).

Em julho de 2021, a Argentina passou a considerar o cuidado materno como período de serviço válido para a aposentadoria. Esse benefício resultou da atuação do movimento feminista conhecido como 'Ni Una Menos' (Nenhuma a Menos), presente no país desde 2015 e dedicado à luta por políticas públicas voltadas à equidade de gênero. (CANHEDO; CAVALCANTE; BATISTA, 2023).

Já no Brasil, em 2023, o Governo trouxe ao Mercosul discussões sobre o tema, para trocar reflexões e experiências sobre a construção de sistemas de cuidado com as nações vizinhas. Nesse mesmo ano, um decreto presidencial criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), atribuindo-lhe a responsabilidade de elaborar uma proposta para a Política Nacional de Cuidados. Além disso, houve participação social na formulação do plano que está em vigor, com rodas de escuta e fala, formulários eletrônicos, reuniões e presença de especialistas que pesquisam a área do cuidado. (ARRUDA, 2024).

3.3 POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS.

Foi instituída no Brasil, a partir de sanção por parte do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 23 de dezembro de 2024, a Política Nacional de Cuidados, delegando as diretrizes, por meio de um documento enxuto, para futuras ações concretas no âmbito do trabalho de cuidado não remunerado e remunerado. Nesse sentido, essa Lei, a de número 15.069, traz diversos pontos de reconhecimento que podem constituir um importante marco normativo para toda sociedade no que diz respeito ao cuidado, entre eles, questões referentes à recortes de raça e gênero, redistribuição de funções acumuladas pelas mulheres e promoção de uma regulamentação digna para as trabalhadoras desse meio. (ARRUDA, 2024; BRASIL, 2024).

Nesse sentido, é imprescindível destacar que durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, o trabalho de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres, intensificou-se, gerando não só exaustão física, mas também psicológica. Pesquisas apontam que as mulheres “cuidam-se” ao cuidar dos outros, o que evidencia a sobrecarga e a manutenção de uma construção patriarcal que associa o cuidado ao gênero feminino. (FARIAS, CANAVÊZ E GONDAR, 2023).

Referente à ótica de classe e raça, é observado que as mulheres negras sofrem ainda mais os efeitos dessa condição, haja vista que “a acirrada precarização do trabalho de mulheres negras atualiza a herança escravagista e misógina da nossa cultura.” (FARIAS; CANAVÊZ; GONDAR, 2023, p. 529). Essas heranças racistas seguem presentes nos dias atuais, visto que as mulheres pretas são mais propensas a realizar afazeres domésticos (92,7%), seguidas por pardas (91,9%) e brancas (90,5%). (IBGE, 2022).

Quando o assunto é maternidade, existe uma sobrecarga ainda maior, pois o “amor materno” serve como justificativa para o trabalho, relacionando o cuidado com o sentimento de afeto. (FARIAS; CANAVÊZ; GONDAR, 2023). Sob esse viés, SILVIA FEDERICI (2019, p. 40) afirma: “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”. Portanto, o sentimento maternal não deve ser associado ao ato de cuidar – que deveria ser uma função dividida e valorizada –, a fim de não sobrepujar nenhuma das partes.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, se torna evidente a necessidade de organização das trabalhadoras não remuneradas por meio da formalização estatal, para que sejam

reconhecidas como um grupo que deve possuir direitos laborais assegurados, a fim de impulsionar o início de uma transformação cultural e estrutural fundamental.

“Exigir salários pelo trabalho doméstico é, por si só, recusar-se a aceitar nosso trabalho como destino biológico. Na verdade, nada tem sido tão eficaz na institucionalização de nosso trabalho quanto o fato de que não é o salário, e sim o “amor”, que sempre pagou por ele.” (FEDERICI, 2021, p.41).

O respaldo jurídico que reconhece as atividades familiares não remuneradas é um caminho para a justiça social, porém, os meios com os quais se alcançará esse reconhecimento são mais complexos e, em vários casos, contraditórios. Sem corrigir a subordinação à estrutura econômica e social, a realização efetiva da democracia é limitada, essa correção se refere ao reconhecimento e reorganização social desses serviços. Para solucionar essa questão, é necessária uma mudança cultural profunda na noção patriarcal enraizada em nossa sociedade, bem como alterações no sistema econômico atual, sistema esse que possibilita a existência das formas de exploração já citadas e as potencializa. (ARAÚJO; SOEIRO, 2021).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M.; SOEIRO, J. **Trabalho, reconhecimento e justiça social: o caso dos cuidados informais em Portugal**. e- cadernos CES, online, n. 35, p. 37 – p. 66, 2021.
- ARRUDA, G. **Política Nacional de Cuidados: um primeiro olhar**. Brasil de Fato, (s.l.), 26 jul. 2024
- BRASIL, **Lei nº. 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CANHEDO, N. CAVALCANTE, J. P. R. BATISTA, L. M. B. **Quem cuida de quem cuida? A contribuição das políticas públicas argentinas para a regulamentação brasileira sobre o trabalho reprodutivo não remunerado**. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v.10, n.08, p. 25 - 37, 2023.
- FARIAS, C. P. CANAVÊZ, F. GONDAR, J. **Mulheres na pandemia: uma (re)leitura psicanalítica do cuidado**. Revista Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 55, p. 527-542, 2023.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- NERY, C.; BRITTO, V. Em 2022, **mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas** | Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>.
- PORTUGAL. **Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro**. Diário da República, 1.ª série, n.º 171, de 6 de setembro de 2019, p. 3-16. Lisboa. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/100-2019-124500714>. Acesso em: 18 agosto 2025.